



ABRAÇAR A FAMÍLIA
Associação para o
Reconhecimento da Família



Ação integrada nos preparativos para
a celebração do 20º aniversário
do *Ano Internacional da Família*
(1994 - 2014)

1º Encontro sobre “Promoção de Políticas Amigas da Família”

COMUNICAÇÃO MESA DA SESSÃO DE ABERTURA

MARIA HELENA PAES

**(Presidente da Comissão Instaladora da ABRAÇAR A
FAMÍLIA - Associação para o Reconhecimento da
Família)**

SEDE PROVISÓRIA:

Rua José Estêvão, n.º 137, 2.º • 1150-201 LISBOA

Tel. 217 931 668 • Fax. 217 970 748

E-mail: abracarafamilia@gmail.com • Web: <http://www.abracar-a-familia.pt>

INSTITUIÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS

MESA DA SESSÃO DE ABERTURA

1º Encontro sobre

«Promoção de Políticas Amigas da Família»

3 de Dezembro de 2013
Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

Em nome da ABRAÇAR A FAMÍLIA – Associação para o Reconhecimento da Família queremos saudar a Mesa da Sessão de Abertura, agradecer terem aceite o nosso convite, o que muito nos honra, bem como saudar todos os oradores e participantes.

Uma saudação muito especial à FLAD – Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento que acolhe esta nossa iniciativa. Bem hajam!

A nossa motivação para a realização deste evento prende-se com o sentir que, cada vez mais, se torna necessário promover o reconhecimento da Família, cujo contributo se torna imprescindível para a coesão, o equilíbrio social e o desenvolvimento sustentável da Sociedade.

Na mensagem do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Dia Internacional da Família (15 de Maio de 2013), Ban Ki Moon lançou um apelo para que fossem criadas iniciativas que juntassem as pessoas através das gerações. Referiu ainda a necessidade de uma reflexão sobre como as Famílias são afetadas pelas ameaças socioeconómicas e o que se pode fazer para reforça-las.

É neste contexto que pretendemos, de algum modo, que esta ação de formação contribua para dar uma resposta aos novos desafios e mudanças que afetam as Famílias, para que com o contributo de todos sejam elaboradas recomendações que possam vir a reforçar as necessidades e o papel das Famílias.

É um grande desafio para uma Associação recém-constituída mas, com o Vosso apoio, alcançaremos esse objetivo.

Vivemos num mundo em acelerada transformação social, numa sociedade que é, cada vez mais de informação e do conhecimento, assistindo-se a novas formas de trabalho e de emprego em contextos organizacionais em mudança e a novos padrões de relacionamento familiar.

A nível dos padrões familiares, assistimos a uma redução significativa das taxas de nupcialidade e de natalidade, a par com o crescimento das taxas de divórcio e o surgimento de novas formas de conjugalidade e familiares, nomeadamente, famílias reconstituídas e monoparentais.

A crise económica e social que o nosso país atravessa tem evidenciado a riqueza que representa a família e a solidariedade familiar que se traduz no mais seguro apoio de quem se confronta com o desemprego ou a queda abrupta de rendimentos, e a conseqüente incapacidade de fazer face a compromissos assumidos destinados à satisfação de necessidades familiares essenciais.

As raízes dos Direitos Humanos estão relacionadas com a procura de justiça em geral e justiça social em particular. As pessoas mais idosas, pelo mundo fora, estão a pedir justiça social, não só socioeconómica mas também cultural e simbólica.

As políticas familiares são relativamente recentes e os sistemas de proteção social viram-se obrigados a adaptar-se às mudanças numa sociedade globalizada face às grandes transformações demográficas, sociológicas e económicas que a família está a atravessar em todo o mundo, inclusivamente em contextos culturais diferentes.

É neste contexto que se fala de Políticas Amigas da Família (Family-Friendly Policies) que visam facilitar a conciliação da vida familiar e da atividade profissional, promovendo a adequação dos recursos familiares e o desenvolvimento infantil, favorecendo a liberdade de escolha dos pais relativamente ao trabalho e aos cuidados aos filhos e propiciando a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho [OCDE].

No entanto, Portugal, à semelhança de outros países europeus, enfrenta um problema de sustentabilidade demográfica provocado pelo declínio da fecundidade emergindo em torno dele a questão da continuidade do Estado Social, assente num contrato entre gerações (a seu tempo, contributivas e beneficiárias) e o enfraquecimento dos laços fundamentais que conferem coesão à sociedade portuguesa.

Segundo um relatório conjunto da OCDE e Comissão Europeia alusivo ao envelhecimento da população nos países da OCDE e da União Europeia intitulado "A Good Life in Old Age?" e publicado no passado dia 17 de Junho refere que, em 2011, 19% da população portuguesa tinha mais de 65 anos, enquanto a média dos países da OCDE era de 15%, e que 5% da população tinha mais de 80 anos, para uma média de 4% nos países da OCDE. Em 2050, aproximadamente, 32% da população portuguesa terá mais de 65 anos e cerca de 11% da população terá mais de 80 anos.

Estes números corroboram os dados constantes do Índice Global de Envelhecimento 2013 apresentado pela organização HelpAge Internacional, com o financiamento do Fundo Mundial de População das Nações Unidas, divulgado no passado dia 1 de Outubro, Dia Internacional das Pessoas Idosas, que coloca Portugal no topo dos países com mais população idosa, perspetivando que em 2050 Portugal passe de 8º para 2º lugar relativamente à população idosa, entre 195 países.

No XXIII Congresso subordinado ao tema "Família e Envelhecimento: Promoção da Integração Social e da Solidariedade entre Gerações" promovido pela PROSALIS - Projecto de Saúde em Lisboa em colaboração com a ABRAÇAR A FAMÍLIA, que teve lugar no passado dia 1 de Outubro no Auditório do Edifício Novo da Assembleia da República, foi transmitida a mensagem deixada por Renata Kaczmarek (Focal Point em Família, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais / Divisão de Política Social e Desenvolvimento das Nações Unidas) que referiu: *Nos últimos anos, os orçamentos familiares sentiram a pressão do aumento do custo de vida, do desemprego elevado e do baixo retorno sobre as poupanças. Em muitos países europeus, os jovens que lutam para encontrar emprego, têm muitas vezes de continuar a depender dos seus pais por mais tempo e têm dificuldades em constituir as suas próprias famílias. Muitas vezes os pais encontram-se, eles próprios numa situação difícil, a chamada 'geração sanduíche' que trabalham duramente para sustentar os seus filhos e pais ao mesmo tempo, enfrentando dificuldades em conciliar o seu trabalho e a vida familiar. Na Europa, as famílias tornam-se menores devido a mudanças nas condições de vida e à baixa fertilidade, as famílias esforçam-se por cumprir as suas mútuas obrigações para com todos os seus membros da família, jovens e idosos, com laços intergeracionais, gerando frequentemente situações de stress.*



As famílias continuam a cumprir as suas responsabilidades e constituem a espinha dorsal da integração social e da solidariedade entre gerações tão importante para a estabilidade social. No entanto, para desempenharem bem as suas inúmeras funções, elas precisam de reconhecimento e apoio.

Este reconhecimento e apoio está no cerne dos nossos preparativos para o 20º aniversário do Ano Internacional da Família a ter lugar no próximo ano.

Gostaríamos de referir que, na sequência deste Congresso foram elaboradas as seguintes recomendações, que dêmos conhecimento ao poder político, no sentido de influenciar positivamente para estas necessidades sentidas.

- O desenvolvimento de políticas e programas nacionais orientados para a Família e destinadas a melhorar o seu bem-estar, com o objetivo de ajudar as Famílias a lidar com as suas responsabilidades, apoiando-as nas suas diferentes funções em vez de substituí-las.

- Que o Governo apoie a adoção de uma Convenção, com o suporte das Nações Unidas, sobre os Direitos das Pessoas Idosas.

- Que na Agenda de Desenvolvimento dos Membros das Nações Unidas pós-2015 seja dada uma resposta dinâmica e universal ao enquadramento do envelhecimento. Uma vez que as estruturas populacionais mudam, as leis, as políticas, as atitudes sociais e as práticas institucionais devem adaptar-se. Os Membros das Nações Unidas têm uma oportunidade histórica para assegurar que o novo enquadramento global de desenvolvimento contenha uma aproximação que ajude a assegurar o desenvolvimento sustentável e equitativo para as pessoas de todas as idades e capacidades.

A publicação *online* deste Relatório poderá ser consultada em <http://www.prosalis.pt>.

Ao preparar esta comunicação veio-me à memória uma frase proferida então pelo Prof. Doutor Adriano Moreira “as dificuldades exigem uma Sociedade de afetos”.

Se me permitem, passo a relatar uma situação que vivenciei recentemente e que, de algum modo, vai ao encontro desta frase.

Acompanho duas irmãs que têm uma idade avançada (94 e 95 anos). Não têm qualquer suporte familiar. Uma das irmãs refere constantemente uma frase, “tenham muitos meninos. É muito triste não ter família.”

Todos nós somos confrontados diariamente, nos meios de comunicação social, bem como em situações vivenciadas de proximidade, que nos marcam profundamente e às quais não podemos ficar indiferentes contra idosos, ou seja, a violência, a solidão, os idosos a tomarem conta de idosos, o abandono em hospitais, entre muitas outras situações. Beauvoir (1990) refere que “o destino dos idosos depende do destino da sociedade, principalmente no que se refere aos seus valores e princípios”.

A importância da família na vida do idoso começa desde a sua infância e adolescência, onde existe a proteção, o carinho e a educação. Continua ao longo da vida nos bons e maus momentos, com todo o seu apoio, o seu equilíbrio afetivo, contribuindo igualmente para a sua formação, para a percepção dos valores e para o seu desenvolvimento físico e social. É dentro da família que a pessoa é vista como ela é, independentemente do seu poder económico, político ou social, ela é única sem máscaras e fará sempre parte da família (Leme & Silva, PSCP, o Idoso e a Família, 2002).

O idoso deve ser visto como o membro principal da família, pois ele representa a história daquela família.

O Trabalho e a Família são dois polos estruturantes e complementares da vida dos indivíduos. Se é na Família que se desenvolvem as relações de afeto e de partilha de recursos entre os seus membros, assegurando o equilíbrio para o dia-a-dia, por seu lado, a atividade profissional cumpre um estatuto social, constituindo-se fonte de rendimento e de realização pessoal. Reveste-se da maior importância a conciliação destas áreas vitais de vivência das famílias, enquanto contextos que se refletem na produtividade, no desenvolvimento e no bem-estar laboral e familiar de todo o ser humano. Acreditamos que os esforços realizados no âmbito da conciliação Vida Familiar / Vida Profissional será possível agir na melhoria da qualidade de vida e na promoção do bem-estar das famílias que, por sua vez, contribuem para o bem-estar social e económico enquanto agentes promotores de desenvolvimento social.

Aproximam-se as comemorações do 20º Aniversário do Ano da Família (2004/2014). Com este Encontro damos início a toda uma série de debates que

Associação para o
Reconhecimento da Família

pretender chamar a atenção para as necessidades das Famílias. Já se encontra programado para o dia 15 de Maio de 2014, a realização do 2º Encontro subordinado ao tema «Políticas para a Família: Decisores Políticos, Instituições Públicas e Privadas versus Apoio às Famílias». Oportunamente, colocaremos informação adicional no nosso *site*.

Por outro lado queremos assinalar que hoje se celebra uma data que se reveste da maior importância a qual queremos assinalar e à qual não podemos ficar indiferentes. O Dia Internacional da Pessoas com Deficiência.

Desejamos muito sinceramente que este dia de debate alargado seja proffcuo no encontro de estratégias, recomendações e, se possível, panos de ação conjuntos em prol do reconhecimento e defesa das Famílias.

Para todos os que de algum modo contribuíram para a realização deste evento, os nossos agradecimentos.

O nosso obrigado e bem-haja!

Maria Helena Paes

(Presidente da Comissão Instaladora)